



O jornal como documento histórico: diálogo historicamente construído.¹

Dhenis Silva Maciel²

Resumo

O presente trabalho busará fazer uma breve abordagem do processo histórico de conexão entre a pesquisa historiográfica e a utilização dos jornais como fonte de pesquisa. A apresentação de como a própria disciplina histórica se via e quais os pressupostos teóricos que eram aceitos pelos historiadores como justas formas de pesquisar história nos leva a perceber a aproximação da história com o jornalismo como fruto de embates teóricos que podem ser pensados historicamente.

Palavras-chave

História; jornais; documentação.

Corpo do trabalho

E. P. Thompson, um dos maiores expoentes da História Social inglesa, em seus vários textos costumava insistir na necessidade de se pensar as questões teóricas que acompanham determinadas pesquisas tendo como norte primeiro a experiência prática que se pretende analisar, de tal modo que não se incorra no risco da aplicação teórica de modelos pré-concebidos. Tal exortação de Thompson nos é cara ao ponto em que cremos que a pesquisa, no seio da disciplina histórica necessita ser devidamente contextualizada, uma vez que segue uma lógica dedutiva e não indutiva, o que nos leva a pensar os modelos teóricos como submissos a realidade prática, e não o inverso. Sendo assim, cremos que se faz mister a exposição do espaço e o problema que pretendemos analisar, e que nos levou a este debruçamento teórico sobre a empiria que circunda o ofício do historiador.

¹ Trabalho apresentado no DT 06 – Interfaces comunicacionais no XII Congresso Regional de Ciências da Comunicação.

² Aluno do programa e pós-graduação em História Social (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará. Bolsista Capes.



Elevada a categoria de vila no ano de 1851, a antiga povoação de Maranguape passou por um pequeno e próspero ciclo de desenvolvimento que foi interrompido quando a vila de Maranguape foi acometida por um forte surto de cólera-morbus no ano de 1862, esse acontecimento foi bastante traumático para a economia em ascensão da vila, que crescia a partir do cultivo de gêneros de subsistência, servindo, nas palavras do presidente de província Antônio Marcelino Nunes Gonçalves como celeiro da capital³, e das culturas de exportação da cana-de-açúcar e do café. Inúmeras famílias tiveram de se ver privadas de boa parte dos seus membros pela ação do mal pestilento. A doença aportou na vila com tamanha ferocidade que segundo relatos médicos, o número de mortes diárias, não raramente, chegava à casa de 60 óbitos. Permitindo-nos sem grandes problemas aplicar a vila em questão, embasados em relatos da época, o seguinte trecho citado por Jean Delumeau: “Aqueles que ontem enterravam, hoje são enterrados e, por vezes, por cima dos mortos que na véspera haviam posto na terra.”⁴

Buscaremos observar neste artigo a relação da pesquisa histórica com os periódicos, de modo a pensarmos sobre a historicidade destes e da própria relação, uma vez que é fruto de determinadas concepções teóricas, sobre as quais discorreremos melhor adiante.

A questão central que queremos levantar é: como seria possível aquele que não é contemporâneo a esse acontecimento acessar-lhe? Essa questão que parte da experiência prática da pesquisa no campo da história é nosso pontapé inicial na busca de tentar compreender como e com quais mecanismos devemos buscar a aproximação com esse momento de tensão. Enfim, como fazer o processo de transição entre alguns dos sentidos que a palavra história carrega dentro de si: a quadra epidêmica que faz parte da história enquanto processo e queremos perceber meios de captada pela história enquanto disciplina.

Esse debate nos leva a uma pequena historicização da própria disciplina histórica. É bastante comum, em livros didáticos de ensino fundamental e médio, a expressão “Heródoto: pai da história” para demonstrar que a disciplina história é bastante antiga, tendo suas raízes vinculadas à Grécia clássica. Muitas vezes esse adágio é utilizado como forma de buscar legitimar a história dando-lhe ares de anciã, contudo a história da história enquanto disciplina é bem mais recente, entretanto, deixemos essa

³ In sitio da internet: <http://tiny.cc/7b780>. acesso em: 22 de abril de 2010

⁴ DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente: 1300 – 1800, uma cidade sitiada. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras. 1989. 2ª reimpressão. p.162.



questão para outro momento. A concepção de história presente em Heródoto, a nosso ver, se aproxima muito mais de dois outros saberes: a poética e o jornalismo. Começamos pela última, aproximamos Heródoto do ofício jornalístico, porque para ele a história seria o relato feito por aquele que viu e ouviu o fato, ou no máximo que escutou de pessoas que estiveram presentes em determinado acontecimento. Sendo assim, a função do historiador seria a de relatar o fato presentes de forma a dar a saber. A aproximação com a poética já é mais complexa. Vincula-se a própria concepção de tempo e espaço, de sagrado e de ordinário do mundo grego. Na lógica helênica sobre a vida, o normal é que a natureza é a eternidade e o humano é passageiro (lógica essa que se inverteu com o pensamento judaico-cristão que crê na imortalidade da alma e vê a terra como parte de um momento passageiro da humanidade rumo ao céu ou ao inferno – estes sim, eternos). Seguindo este pensamento grego, seria normal que o homem sofresse com a finitude da vida e passasse, enquanto a natureza – divina – se eternizaria. O papel da poética histórica de Heródoto era justamente a de tornar o homem imortal, pois ao “gravar” o nome do sujeito a história através de contos (normalmente métricos) faria com que ele transcendesse sua condição humana e o faria emergir ao mundo de deuses e deusas, ao mundo da própria natureza, eterna. Essa passagem para a história foi o que motivou toda a narrativa de Aquiles que preferia morrer deixando sua marca no mundo, mesmo esvaindo sua vida prematuramente em guerras, a viver sua vida completando todas as etapas do ciclo vital, mas permanecendo no comum.

A idéia de história com o lugar do extraordinário esteve presente em inúmeros acontecimentos da história enquanto processo. Para que não nos alonguemos demais nesse assunto, basta-nos recordar a frase que foi atribuída a Getúlio Vargas em sua carta testamento quando afirma: “Deixo a vida para entrar na história”⁵. Transcendamos para além do debate acerca da veracidade da autoria da carta, e atentemos para seu conteúdo, pois mesmo que tenha sido escrita por outrem, o que nos importa é perceber como a concepção de história - espaço da imortalidade alcançada pelos grandes feitos – está presente na carga mental de seu autor. Segundo Fernando Sérgio Dumas: “a literatura aparece como uma chave que permite ao historiador traços e pistas que conduzem as imagens sensíveis do mundo”⁶ Na mesma linha de pensamento podemos citar Pesavento ao afirmar que: “ a sintonia fina de uma época, fornecendo uma leitura

⁵ In: <http://www.culturabrasil.pro.br/cartatestamento.html> acesso em 20 de abril de 2010.

⁶ DUMAS, F. S. Bêbados e Alcoólatras, medicina e cotidiano in: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. e CARVALHO, Diana Maul de. [ET AL.] Uma historia brasileira das doenças. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. P 64.



do presente da escrita pode ser encontrada sem que nos preocupemos com o fato de os personagens terem existido ou não. Existiram enquanto como possibilidades, como perfis que retraçam possibilidades.”⁷

Vislumbramos assim novas leituras possíveis dentro de um mesmo documento, ler a mentalidade do tempo em que foi escrito.

Esta mesma lógica que permeia o ofício de Heródoto foi apropriada pelos historiadores que seguiram o norte teórico de Augusto Conte e sua ciência/religião positivista. A escola positivista hoje é extremamente hostilizada nas salas de aula de campos universitários de história, onde se apresentam críticas ferrenhas, contundentes e irrefutáveis a sua forma de conceber e escrever a historiografia. Contudo, antes de apresentarmos as críticas que lhes são feitas e vislumbrar a ligação destas com o tema central de nosso texto acerca dos usos dos periódicos na pesquisa histórica, apresentemos a forma como os membros da escola positivista pensavam a história e concebiam sua escrita.

Era de primeira e sumária importância para os historiadores positivistas a comprovação da veracidade de autoria e datação das fontes. O que é importantíssimo até hoje; contudo essa orientação positivista era acompanhada de limitações quanto ao tipo de documentação que seria considerada como relevante a pesquisa histórica. Na concepção positivista, apenas tinha validade de fonte histórica os documentos produzidos por instituições oficiais: relatórios de presidente de província, documentação cartorial e eclesiástica. O documento era apreendido por esta escola teórica como sendo um fragmento do passado que o revelava. Ou seja, procura-se ajuntar o máximo de papéis, quanto mais documentos, mas correta seria a pesquisa.

Contudo, qual questão essa veemência de crença no documento nos impõe? Não se buscava perceber as intencionalidades do documento, as múltiplas possibilidades que existem para além da letra fria. Aos positivistas urgia reter os documentos como provas irrefutáveis de um passado, o que nos leva a seguinte inquietação: seriam os documentos a verdade? A primeira grande crítica a metodologia positivista veio de seu contemporâneo Karl Marx que dentro as inúmeras vertentes disciplinares em que se envolveu, mesmo nunca tendo se dirigido diretamente a história, apresentou a esta um sistema de questionamentos que é de suma importância para a compreensão da

⁷ PESAVENTO, Sanda Jatahy. História & Literatura: uma velha-nova história. In Nuevo Mundo Mundos Nuevos, número 6 – 2006, mis em ligne Le 28 janvier 2006, référence Du 6 juin 2006, disponible sur: [HTTP://nuevomundo.revues.org/document1560.html](http://nuevomundo.revues.org/document1560.html)



amplitude dos documentos: quem fez? Quando fez? Para que fez? Como? Quando? Onde? ... Enfim, questionar todo o contexto de produção do documento nos leva a pensar que o papel não é a “prova”, mas apresenta um mundo de possibilidades ao questionamento e ao estudo, assemelhando assim a uma fonte, que não se encerra em si mesma. (falar mais adiante desta concepção)

Percebamos a íntima ligação entre as concepções teóricas que apresentamos anteriormente, que definiam a história com o espaço dos grandes homens e os tipos de documentos que eram permitidos para a consulta do pesquisador positivista. A única fala autorizada era a dos próprios sujeitos que eram considerados como fazedores da história: militares, religiosos e políticos. Assim sendo, a história não passava de um ajuntamento de “vultos” e de fatos que deveriam ser devidamente enumerados e ensinados como exemplo, pois ao terem realizados grandes feitos os homens passariam a ser exemplo, semelhante aos santos na hagiologia católica, que são modelos a serem seguidos por aqueles que querem chegar ao mesmo lugar que eles. Outro ponto em que se critica o fazer historiográfico dos positivistas é no imenso silêncio que as suas escolhas metodológicas impõem a sociedade. Como dissemos anteriormente, a história só conseguiu se afirmar enquanto disciplina no século XIX, e muito se deve a ação dos positivistas que deram um caráter científico a disciplina enquanto muitos a pretendiam como uma arte. Contudo, esses méritos não nos podem impedir de criticar a falta de amplitude e a atrelamento que a história sofreu à grandes famílias e nomes das políticas nacionais. O que nos leva a ver o enorme hiato entre o texto histórico, polarizado por “grandes” homens e a sociedade feita de medos e lutas cotidianas.

Se apenas a um pequeno setor da sociedade era dado o direito de fala, onde ficavam todas as centenas de milhares de pessoas que os circundavam, afinal não existe general vitorioso sem um batalhão que o obedeça (ou não) e que mate seus adversários de modo a lhe dar a vitória. Essa inquietação quanto a interdição dos outros setores sociais na escrita da historiografia é bem apresentada por Walter Benjamim no poema “quem construiu a Tebas de sete portas” que se segue:

“Quem construiu Tebas de sete portas?
Nos livros estão os nomes dos reis.
Foram os reis que arrastaram os blocos de pedra?
E as várias vezes destruída Babilônia —
Quem é que tantas vezes a reconstruiu?
Em que casas da Lima fulgente



de ouro moraram os construtores?
Para onde foram os pedreiros na noite em que ficou pronta
a Muralha da China? A grande Roma
está cheia de arcos de triunfo. Quem os levantou?
Sobre quem triunfaram os césaes?
Tinha a tão cantada Bizâncio
Só palácios para os seus habitantes?
Mesmo na lendária Atlântida
Na noite em que o mar a engoliu bramavam os
afogados pelos seus escravos.
O jovem Alexandre conquistou a Índia.
Ele sozinho?
César bateu os Gálios.
Não teria consigo um cozinheiro ao menos?
Filipe da Espanha chorou, quando a armada se afundou.
Não chorou mais ninguém?
Frederico II venceu na Guerra dos Sete Anos —
Quem venceu além dele?
Cada página uma vitória.
Quem cozinhou o banquete da vitória?
Cada dez anos um Grande Homem.
Quem pagou as despesas?
Tantos relatos
Tantas perguntas.”⁸

Como seria possível responder a questões tão simples e óbvias, mas ao mesmo tempo profundas e de tamanha validade se os documentos que poderiam ser consultados não nos permitiam acessar para além dos líderes?

Para solucionar este problema, apresentamos dois caminhos semelhantes que foram traçados em lugares distintos, com suportes teóricos distintos e com resultado que se assemelham.

No Brasil, durante o governo de Getúlio Vargas algumas das idéias de redescobrir o Brasil pra os próprios brasileiros, apresentada inicialmente durante a semana de arte moderna de 1922 tornou-se política de estado com a aproximação de

⁸ In sitio da internet: <http://www.prof2000.pt/users/secjeste/dlrc/diversos/poesia/Brecht004.htm>. Acesso em 05 de maio de 2010.



Getúlio com Mário de Andrade.⁹ Entre os inúmeros trabalhos que buscavam perceber a “raiz do povo brasileiro” dois merecem destaque para a linha de raciocínio que estamos empreendendo. Primeiramente Sergio Buarque de Holanda com seu livro tão amado e criticado *Raízes do Brasil*, onde apresenta uma nova percepção dos colonizadores, não mais tão gloriosa e carola como faziam seus antecessores. E o outro autor, que se aproxima mais diretamente com nosso objeto de análise é Gilberto Freyre escritor de *Casa Grande e Senzala*, este livro que já recebeu inúmeros adjetivos, alguns agradáveis e outros muitos nem tanto traz a grande inovação teórica de buscar perceber a existência de um grupo marginalizado socialmente, extremamente ativo e fundamental ao sucesso da colonização. Gilberto apresenta os negros como inseridos no projeto colonial não apenas como explorados, Freyre busca ver as interações entre estes grupos, mostrando um Brasil extremamente sexualizado e mestiçado, onde as relações escravistas estariam “amenizadas pelo doce do mel da cana”, o que lhe rendeu a fama de apologeta da escravidão. Entretanto o que nos importa no conjunto da obra de Freyre é a inovação na tipologia de fontes a serem utilizadas. Por causa de outra obra sua: “*O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*” José Marques de Melo dá ao autor pernambucano o título de o primeiro pesquisador a utilizar o jornal com documento para a pesquisa histórica. Para expor sua opinião José Marques cita Amaro Quintas. Vejamos o trecho completo:

“Segundo Amaro Quintas, ‘o solitário de Apipucos (...) iria revolucionar, por completo, os processos da nossa historiografia social’ pois os jornais eram considerados até então como fontes suspeitas para os estudos científicos.”¹⁰

Gilberto Freyre por sua vez atribuía este pioneirismo a Pereira Costa, contudo esta questão de primazia em nada influi em nosso exercício analítico. Nos importava vislumbrar a possibilidade de conexão entre a pesquisa histórica e os periódicos jornalísticos.

Tal amplitude de possibilidades nos é apresentada em outra citação de Amaro Quintas feita por José Marques de Melo, cita o jornalista a seguinte afirmação feita por

⁹ Mais informações in: NOGUEIRA, A G R. Tese de doutorado: Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de inventário, Doutorado em Programa de Estudos Pós-Graduados em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. *Ano de Obtenção*: 2003

¹⁰ MELO, José Marques de. Teoria do jornalismo: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006. p. 226.



Quintas sobre a importância dos jornais em sua pesquisa: “O conhecimento da vida pernambucana em grande parte do século passado, nas suas intrigas políticas, nas suas revoluções libertárias, nas suas agitações populares, e também nos seus costumes sociais, nas suas festas, nas suas aventuras sentimentais, nas suas questões provincianas, tudo isso pode ser analisado naquele material de tão alta valia.”¹¹

Na França, outro grupo seguia o caminho de insatisfação quanto aos silêncios provocados pela história positivista. Jovens formados com o aporte teórico positivista, que por várias vezes escutaram a máxima de Langlois e Saignobous que afirmavam que “sem documentos não existe história” inquietos com a pequena amplitude desta história de elites se juntaram e resolveram traçar um novo caminho metodológico, fundando para tal o que eles mesmo denominaram de Nova História ou Escola dos *Annales*. Entre os grandes nomes dessa “nova” forma de fazer a leitura da história estão os fundadores da revista homônima ao movimento: Marc Bloch, Fernando Braudel e Jacques Le Goff, além de nomes mais recentes como Peter Burke e Michelle Perrot. Para estes estudiosos urgia que se tivessem em mente outra máxima: “sem problema não há história”. Afirmção esta que hoje é pétrea dentro das academias (apesar de ainda não tanto fora delas).

Essa nova forma de pensar a história nos revela outro caminho, que se assemelha mais ao de Karl Marx, - que já apresentamos anteriormente - e que prima pelo questionamento.¹²

Se fizermos o exercício dialético de pormos as duas propostas diante de nós temos então duas proposições que se pensadas individualmente nos põem diante de uma encruzilhada: o que seguir? Deve-se primar pela documentação ou problemas? Qual dessas seria a condicionante para um justo trabalho de historiador? Não se faz história sem documentos, afinal, são a partir destes que temos acesso aos tempos passados que nos dispomos a observar e analisar, mas será que história então é apenas conexão de diversos documentos que se postos em dada ordem já seriam auto-explicativos? Se assim o fosse, a arquivologia preencheria todos os espaços que poderiam ser e são ocupados por historiadores. Pensemos então, em uma conciliação entre estes pressupostos, apresentados em momentos distintos e oriundos de matrizes teóricas

¹¹ QUINTAS, Amaro. Notícias e anúncios de jornal. Prefeitura Municipal. Departamento de Documentação e Cultura. Recife, s/d. PP 13-14. Apud MELO, José Marques op. Cit. p 227

¹² Mais informações in: GOFF, Jacques Le. E NORA, Pierre. História: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. Ver também: BURKE, Peter. A Escola dos Annales, : 1929-1989; a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo, SP : UNESP, 1997.



diversas. A segunda frase que apresentamos, a de Pierre Nora, nos leva à uma outra percepção do fazer do historiador, mas que não indispõe a primeira afirmativa, afinal, ao termos o acesso ao documento, podendo lê-lo; aí sim urge o segundo momento onde a história se operaria enquanto ciência: a análise desse documento. E, dentro dessa possibilidade analítica, o documento pode ser pensado a semelhança com o já gasto exemplo do caleidoscópio, que possui múltiplas possibilidades de imagem de acordo com o ângulo em que se olha. O problema apresentado modifica o olhar sobre o documento, que a partir de agora chamaremos de fonte, pois não é mais algo que se esgota em si mesmo, mas sim que permite ir para além, um ponto de partida.

Mas essa percepção do documento como fonte, não desautoriza a afirmação de que sem documento não se faz história, pelo contrário, emerge a ordenação que divide da seguinte forma a operação do historiador: a busca e coleta das fontes seria a primeira etapa do processo maior, que tem em um segundo momento a constituição de uma problematização – o que nos permite pensar sobre questões maiores sobre como se organiza esse conjunto de fontes e quais seriam os métodos mais interessantes pra se pensar a sua análise (logicamente não podemos esquecer que já se busca a documentação a partir de um problema prévio). Além do fato de que essas fontes devem ser pensadas dentro de um conjunto produtivo que nos levam a ver o documento não como pronto e acabado, mas como fruto de uma rede de relações e que tende a atender interesses particulares que devem sempre estar em evidencia afim de que o leitor-historiador não se perda acreditando tratar-se da mais pura verdade por se tratar de um texto de diário ou um documento produzido por instituições oficiais.

Com todas estas questões postas a mesa, retornemos a questão inicial: como seria possível a um não contemporâneo de um acontecimento, em meu caso, a epidemia de cólera-morbus em Maranguape no ano de 1862, analisá-la? A resposta que nos vem é a de que deve-se acessar este acontecimento pretérito por meio das fontes documentais, e, a luz do debate sobre a validade de determinados tipos de fontes, afirmaríamos que, um dos melhores caminhos para fazer essa conexão com o acontecimento seria através de fontes que nos permitissem entender minimamente como a sociedade em questão via o mundo ao seu redor e como estavam estruturadas as relações sociais, ou seja, fazer como disse Edgar Morin: “Olhar o olhar olhando”.¹³

¹³ In: Idéias Contemporâneas. Entrevistas do Le Monde. São Paulo: Editora Ática S.A. p. 34 – entrevista concedida a Guitta Pessis-Pasternak em 29 de novembro de 1981. p 34



A prática da pesquisa nos levou a crer que um dos melhores meios para realizar esse objetivo é a leitura e análise de fontes hemerotecas. A leitura destes documentos necessita que o pesquisador tome alguns cuidados de modo a não incorrer em anacronismos nem em leituras demasiadamente superficiais.

O conhecimento das intencionalidades que acompanharam todo o processo de constituição das notícias divulgadas pelo jornal lido são de suma importância para que não se acredite piamente no discurso do escritor/editor do periódico pesquisado. Não é correto que se transponha conceitos como o de neutralidade para o século XIX, uma vez que é sabido que a fundação e a manutenção da periodicidade de um jornal demandava um bom suporte financeiro para cobrir os custos que este impunha. Normalmente os periódicos, devido a esta questão financeira, com também ideológica, era fundado por grupos sociais que ao mesmo tempo possuíam posicionamentos políticos específicos. O que podemos ver de forma clara no jornal *O Cearense* quando lemos o rodapé inicial:

“O *Cearense* é propriedade de Thomas Pompeu de Sousa Brazil, é destinado a sustentar as idéias do partido liberal; só toma responsabilidade dos artigos da redação, devendo todos os mais para serem publicados, vir completamente legalizados, e publica-se duas vezes por semana nas – Terças e Sextas-Feiras de cada semana.”¹⁴
[grifo meu]

Fica explícito e claro: trata-se de um jornal político, então, sua leitura deve sempre ter em vista o norte que aponte para isto. As posições apresentadas por *O Cearense* normalmente eram rivalizadas pelo jornal *Pedro II*, que fora fundado por pessoas ligadas ao partido conservador. Tais embates ideológicos entre os próprios jornais podem ser percebidos na distinção que a mesma notícia recebe por parte dos editores de cada jornal, de modo a tornar a notícia mais próxima de seus interesses. Vemos tal questão, por exemplo, na edição de 28 de agosto de 1862 quando o jornal *O Araripe* - também liberal – quando cita um trecho inteiro que havia sido publicado em *Pedro II* onde o jornal conservador apresenta o caso do delegado de polícia da vila de Milagres, o Sr. Manoel de Jesus que afirma ter tomado todas as providências para combater o cólera e que o médico que ele contratou estava cuidando até mesmo dos

¹⁴ *O Cearense* 29/07/1862. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Setor de Microfilmagens. Rolo 33



índios de uma forma com eles nunca tinham sido, as palavras do senhor Manoel de Jesus se encerram com a afirmação feita por ele de que a culpa do número de mortos é do “gênio do mal, lá do Crato”. Esta questão nos revela alguns pequenos pontos. 1º A vila do Crato era comandada por políticos liberais. 2º Os agrupamentos indígenas estavam sob a tutela dos governantes locais e normalmente eram tratados sem muito zelo, sendo assim, ao afirma que seu médico cuidava até de índios estava tentando deixar clara a sua suposta supremacia administrativa em relação aos políticos liberais.

Contudo, não esqueçamos que este texto foi reproduzido no jornal O Araripe de matriz liberal, sendo assim, não podia ficar sem resposta, o que foi feito através de outra citação, agora do liberal Correio Mercantil que afirma: “o Sr. Manoel não ajudou os índios nem com um prato de arrois, colaborando para a morte dos índios e do benfeitor major Manoel José de Sousa.”¹⁵

As disputas entre os jornais se acirraram de acordo com a proximidade das eleições para a cadeira de senador que seria realizado no mesmo ano do cólera, que na edição de 23 de setembro de 1862, uma carta particular escrita por João Brígido, uma das lideranças liberais do Cariri cearense afirma que um tal Portugal tentou fazer um abaixo assinado contra o presidente de província e ninguém aderiu, o mais contundente da carta está na afirmação de que a mera menção do nome do autor da tentativa provoca náuseas em João Brígido.

Outra circunstância onde a leitura analítica das fontes jornalísticas nos foi de grande valia diz respeito a distinção feita pelos médicos nos tratamentos contra o cólera tanto no que diz respeito ao sexo, idade e “raça”. O Dr. José Lourenço de Castro publicou no dia 11 de fevereiro de 1862 um receituário onde as distinções acima mencionada são claramente visíveis. A distinção entre o tipo de medicação adotado para um branco e um negro era gritante, enquanto aos primeiros eram dedicados nomes científicos como sulfatos de magnésia e pós de dover, para os pretos sugere-se uma mistura de cachaça e limão de hora em hora, ou apenas “fricções de pimenta, vinagre e gengibre quente sobre o espinhaço, pulsos e pernas”¹⁶.

A mesma doença, ganha contornos distintos de acordo com a intencionalidade do jornal que a veicula, o que nos leva a reiterar nosso ponto de vista na crença da

¹⁵ O Araripe – 23/08/1862. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Setor de Microfilmagens. Rolo 36.

¹⁶ O Cearense – 11/02/1862. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Setor de Microfilmagens. Rolo 33.



necessidade de questionamento prévio de toda a sorte de documentos analisados para a pesquisa histórica, e salientamos que cremos ser mais ainda interessante fazer este exercício com documentos que se pretendem neutros, pois estes, normalmente, possuem intenções a esconder sob o rótulo de neutralidade.

Para encerrarmos nossas breves palavras, cremos que é de suma importância que ocorra a utilização de documentos jornalísticos nas pesquisas historiográficas, uma vez que a sua leitura nos permite vislumbrar setores sociais distintos dos dominantes e os próprios dominantes sobre novas óticas. Em fim, transformar o documento em fonte é possível através da metodologia historiográfica de leitura e interpretação do mesmo, permitindo assim que através da variedade de fontes, tenha-se espaço para uma maior variedade de sujeitos.

Referências bibliográficas

Idéias Contemporâneas. Entrevistas do Le Monde. São Paulo: Editora Ática S.A. 1981

BURKE. Peter. A Escola dos Annales, : 1929-1989; a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo, SP : UNESP, 1997.

DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente:1300 – 1800, uma cidade sitiada. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras. 1989. 2ª reimpressão.

DUMAS. F. S. Bêbados e Alcoólatras, medicina e cotidiano in:NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. e CARVALHO, Diana Maul de. [ET AL.] Uma historia brasileira das doenças. Rio de Janeiro:Mauad X, 2006.

GOFF, Jacques Le. E NORA, Pierre. História: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

MELO, José Marques de. Teoria do jornalismo: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006

NOGUEIRA, A G R. Tese de doutorado: Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de inventário, Doutorado em Programa de Estudos Pós-Graduados em História .Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. *Ano de Obtenção*: 2003